

# Sítio “Charqueada Santa Bárbara”: Um Projeto de Arqueologia Pública em Pelotas

Giullia Caldas dos Anjos<sup>1</sup>  
Andressa Domanski<sup>2</sup>

**Resumo:** Esse trabalho articula-se ao projeto de pesquisa “O Pampa Negro: Arqueologia da Escravidão na Região Meridional do Rio Grande do Sul (1780-1888)”. Busca-se instituir uma linha formal de pesquisa sobre Arqueologia da escravidão na região, sobretudo na cidade de Pelotas, tendo-se em vista que a cidade concentrou, em alguns períodos, a maior população de escravos africanos durante a expansão e desenvolvimento da produção de charque. Uma descoberta importante foi a localização da “Charqueada Santa Bárbara”, situada no leito do Arroio homônimo. Os trabalhos na Charqueada serão feitos nos moldes da Arqueologia Pública, buscando compreender as representações e as cosmologias das populações locais sobre o sítio arqueológico e a escravidão em Pelotas, além de envolvê-las nas pesquisas, destacando-as como atores no processo de investigação, no espírito da arqueologia comunitária. A meta é integrar as comunidades locais nas escavações e definir junto a elas políticas de preservação e musealização da cultura material encontrada.

**Palavras-chave:** Arqueologia Pública e comunitária, arqueologia da escravidão, escravidão.

**Abstract:** This paper is articulated to the research Project named “O Pampa Negro: Arqueologia da Escravidão na Região Meridional do Rio Grande do Sul (1788-1888)”. We intent to establish a formal research row about Archaeology of Slavery in the region, especially in Pelotas city, having in mind that this city has concentrated, in some periods, most of the African slave population during the spread and development of the production of “charque”. One important discovery was the location of the “Charqueada Santa Bárbara”, situated alongside the homonym stream. The work will be done in the Public Archaeology pattern, in the intent of comprehend the representation and the cosmologies of local population about the archaeological site and Pelotas’s slavery, apart from involve them in the researches, emphasizing them as actors in the investigation process, in the spirit of community Archaeology. We aim to integrate the local communities in the excavation and besides define with them the preservation and musealization policies of the material culture found.

**Key words:** public and community archaeology, archaeology of slavery, slavery.

<sup>1</sup> Graduanda de Bacharelado em História - UFPel

<sup>2</sup> Mestranda em Memória Social e Patrimônio Cultural - UFPel

## 1. Contextualização histórica

É impossível pensar na escravidão no Rio Grande do Sul sem relacioná-la com a expansão da cultura charqueadora, concentrada principalmente na região Meridional do Estado. Segundo diversos autores, foi a partir de 1780, com a chegada de José Pinto Martins à cidade de Pelotas, que se dá o início da produção de charque em larga escala, estruturando, dessa forma, um sólido polo escravista no Brasil meridional (MAESTRI, 1993, p. 40; GUTIERREZ, 2001, p. 119).

O escravo era personagem fundamental no contexto da região, tendo em vista que a base da economia gaúcha era o charque. Porém, não era somente no processo de charquia da carne que o escravo trabalhava. Ele era essencial em todo contexto funcional das charqueadas, desde os trabalhos domésticos, além daqueles que estavam envolvidos em todo processo de produção (abate, salga, etc.), mas também havia aqueles envolvidos nos trabalhos em olarias, dentre outras funções. Nesse contexto, é possível perceber o fluxo do escravo em toda a conjuntura urbana. Dentre os ofícios desempenhados pelos escravos inseridos no contexto das charqueadas, destacam-se os de carneadores, serventes e salgadores, seguidos de graxeiros, sebeiros, chimangos, charqueadores, aprendizes e, por fim, tripeiros (GUITIRREZ, 2006, p.253).

A ocupação de Pelotas se dá no contexto de estabelecimento das primeiras charqueadas, a exemplo de Pinto Martins em 1780, em torno do Canal São Gonçalo e dos diversos arroios adjacentes. A rede fluvial era elemento-chave para o escoamento da produção, o que justifica a ocupação das margens hidrográficas da atual cidade de Pelotas, pois, sendo Rio Grande um importante porto para a época, o estabelecimento nas margens do Canal e Arroios era um facilitador na exportação do charque.

É nesse âmbito que se desenvolve o projeto de pesquisa “O Pampa Negro: Arqueologia da Escravidão na Região Meridional do Rio Grande do Sul (1788-1888)”, que pretende instituir uma linha de pesquisa formal sobre a Arqueologia da escravidão na referida região. Nesse sentido, o Projeto e os trabalhos subsequentes são de extrema importância, pois permitirão dar visibilidade aos escravos que formaram uma parte significativa da população regional.

Os objetivos do Projeto focam o desenvolvimento dos primeiros trabalhos arqueológicos sobre a escravidão em Pelotas e o mapeamento arqueológico nas antigas propriedades charqueadoras, viabilizando um diálogo com a arqueologia da escravidão em estudos nacionais e internacionais sobre o tema. As atividades desenvolvidas pelo Projeto compreendem, num primeiro momento, levantamento documental junto a diversos jornais da cidade de Pelotas (Diário de Pelotas, Onze de Junho, O Paiz, A Discussão, etc.), Atas da Câmara, registro de entrada de escravos no Hospital Santa Casa de Misericórdia, obras de naturalistas e cronistas, livro de compra e venda de escravos. Porém, cabe dizer que esse levantamento ainda não foi concluído e, assim, não foi possível trazer para o presente trabalho dados empíricos referentes.

Além das análises documentais que vêm sendo efetuadas, realizamos levantamento topográfico e arqueológico das charqueadas do Arroio Pelotas e Canal São Gonçalo, com definição de áreas de amostragem para futuras escavações. Como primeiro estudo de caso delimitado no Projeto, está sendo

analisada a antiga “Charqueada Santa Bárbara”, batizada assim por estar situada no leito do Arroio Santa Bárbara, na zona sul da cidade. Esse sítio é composto por duas edificações, uma relativamente conservada arquitetonicamente e outra em ruínas, podendo ser esta uma senzala. Em seu tempo de auge na produção, em 1859, essa charqueada possuía 59 escravos; destes, cerca de 80% seriam provenientes diretamente da África. Até o momento, foram realizadas pesquisas etnográficas iniciais com os moradores que ainda residem na edificação que se manteve (ROSA, 2011).

Nesse contexto é que justificamos o intento de elaborar um plano de trabalho respeitando os conceitos da Arqueologia Pública, abrindo espaço para a discussão e envolvimento da comunidade que está ligada cotidianamente ao Sítio Arqueológico “Charqueada Santa Bárbara”.

## **2. Sítio “Charqueada Santa Bárbara”<sup>1</sup>**

A província de São Pedro do Rio Grande do Sul, atual estado do Rio Grande do Sul teve, se comparada a outras regiões coloniais, um tardio povoamento. O impulso inicial da colonização foi a fundação da cidade de Rio Grande. A partir de 1732, foram concedidas as primeiras sesmarias na província, localizada nas proximidades da atual cidade de Tramandaí, a Manuel Gonçalves Ribeiro e Francisco Xavier Ribeiro (GUTIERREZ, 2001, p. 36).

Em 1790, o charqueador Theodósio Pereira Jacomé solicitou a concessão de uma sesmaria localizada no “Forte de São Gonçalo”, com o objetivo de criar mais de mil e quinhentas cabeças de vacuns para a “charquia”. Em fevereiro de 1791, José Vieira da Cunha, vizinho de Jacomé, também requereu a legalização de sua sesmaria, obtendo-a em 1792. Já no ano de 1817, o espaço situado entre os Arroios Santa Bárbara e Moreira – com frente para a Serra dos Tapes e fundos ao atual Canal São Gonçalo – tinha como proprietária Rosália Maria Angélica, que deu continuidade à criação de gado e à atividade charqueadora; posteriormente, tal espaço passou a ser chamado de Estância Santa Bárbara. Rita Leocádia de Moraes Borges, filha de Rosália, casou-se com Manoel Alves de Moraes. Quando o pai de Rosália, Antonio Pereira de Lemos, morreu, o seu genro, Manoel, passou a auxiliar a sogra Rosália na administração dos bens, tornando-se um dos proprietários da Estância Santa Bárbara. Ao morrer Manoel Alves de Moraes, sua esposa realizou a partilha com suas três filhas, tendo uma delas se casado com José Vieira Vianna, que passou a possuir uma porção de terras entre o Canal São Gonçalo e o Arroio Santa Bárbara. É nessa porção territorial que, atualmente, concentramos as análises arqueológicas.

A Estância Santa Bárbara era composta pelo potreiro principal, que estava situado ao Sul, nas proximidades da cidade, havendo, nesse espaço, casas, sobrados, armazéns, cocheiras, pomar e um estabelecimento charqueador. Na porção de campo destinada à criação de gado, havia uma olaria, galpões e casas para moradia.

### 3. Arqueologia Pública e Comunitária

“Os arqueólogos têm o dever, tanto a seus colegas, como à seu público em geral, de explicar o que fazem e por quê. Isto significa, sobretudo, a publicação e difusão de seus conhecimentos, de forma que outros investigadores disponham dos resultados e o público, que geralmente pagou pelo trabalho, ainda que indiretamente, possa desfrutá-los e compreendê-los” (RENFREW; BAHN, 2007, p. 504).<sup>2</sup>

É imperativa a necessidade de que arqueólogos não fiquem restritos às suas instituições de trabalho, pois “*um público interessado e informado não destruirá seu próprio passado*” (RAHTZ apud OLIVEIRA, 2009, p. 117). A Arqueologia Pública, como campo de pesquisa arqueológica, foi mencionada pela primeira vez na obra de Charles Robert McGimsey III, nos Estados Unidos, nos anos 1970. Nesse momento, o país se encontrava em pleno processo de urbanização e industrialização, e colocavam-se em risco os recursos culturais do país (FERNANDES, 2007, p. 6). Desde então, a Arqueologia passou por questionamentos acerca de suas funções sociais e a sua relação entre o meio acadêmico e a sociedade em geral (CARVALHO; FUNARI, 2007, p. 134).

Os Estados Unidos sofriam, então, com problemas de degradação dos sítios arqueológicos, comércio ilícito de artefatos e amadorismo nas investigações arqueológicas, o que comprometia a integridade do registro arqueológico. Foi o discurso preservacionista que estimulou o surgimento da Arqueologia Pública como campo científico interessado na relação entre ciência e sociedade (FERNANDES, 2007, p. 3).

Surgiram as propostas da Arqueologia Pública, compreendida como:

“[...] um campo de pesquisa, debate e aplicação da Arqueologia, destinado a dialogar com a sociedade sobre as questões públicas da disciplina (legislação, gestão, ética e educação), almejando garantir a proteção e preservação do patrimônio arqueológico, bem como, defender os interesses profissionais, científicos e públicos da Arqueologia” (FERNANDES, 2007, p. 47).

O objetivo desse campo é permitir discussões não somente no que diz respeito a programas educacionais, exposições e visitas a museus e sítios, mas permitir, também, que sejam estabelecidos diálogos e discussões a respeito das simbologias e representações feitas a partir da cultura material.

No Brasil, foi o processo de redemocratização política que, a partir da década de 1980, abriu espaço para a consolidação da Arqueologia Pública no país (OLIVEIRA, 2009, p. 118). Segundo Carvalho e Funari, “*com o fim da violência e da censura, pesquisadores puderam criar novos espaços de comunicação entre eles, suas práticas arqueológicas e a sociedade em que estavam inseridos*” (2007, p. 134). Até então, todo o intento de divulgação das investigações arqueológicas esteve relacionado ao processo de musealização da Arqueologia.

Em 1990, o Comitê Internacional para a Gestão do Patrimônio Arqueológico (ICAHM – ICOMOS) publicou a Carta Internacional para a Gestão do Patrimônio Arqueológico. Direcionada aos profissionais da área, objetivava estabelecer meios de proteção específica de vestígios considerados patrimônio arqueológico.

Nessa Carta, o patrimônio arqueológico é definido de forma genérica, englobando:

“[...] as marcas da existência do homem e se refere aos lugares onde se praticou qualquer tipo de atividade humana, às estruturas e vestígios abandonados de qualquer índole, tanto na superfície como enterrados, ou em baixo d’água, assim como ao material relacionado com os mesmos” (ICAHM, 1990).

A Carta estabelece que, de forma a envolver a sociedade, é imprescindível fornecer ao público geral informações relacionadas ao patrimônio. Destaca que as especificidades de cada localidade devem ser consideradas, e que não existe, ademais, um modelo específico para a ação de preservação e educação. Por fim, ressalta que o passado deve ser respeitado e mostrado como sendo algo multifacetado (CARVALHO; FUNARI, 2007, p. 137).

Também nesse sentido, experiências de diversos arqueólogos vêm comprovando que o envolvimento das comunidades é fundamental, sendo que “a razão última para nossa ação é trabalhar para e com tais públicos” (FUNARI; OLIVEIRA; TAMANINI, 2008, p. 131). Outra forma de abordagem nesse âmbito é a Arqueologia comunitária, que tem o intuito de integrar populações das localidades onde ocorrem pesquisas arqueológicas e também o seu envolvimento nas políticas de representação do patrimônio cultural (FERREIRA, 2011, p. 17), inserindo-se em meio aos conflitos sociais e tratando de negociações de identidades culturais. Segundo Ferreira:

“[...] enfatiza-se a necessidade de tornar as comunidades em agentes e colaboradoras ativas da pesquisa arqueológica. Os trabalhos em campo e laboratório, bem como as políticas de gestão do patrimônio cultural, devem ser discutidos e decididos conjuntamente pela equipe de arqueólogos e a comunidade, num diálogo e colaborações contínuos” (FERREIRA, 2011, p.29).

A Arqueologia Pública e comunitária permite que se reflita e se elaborem metodologias que visem o trabalho para e pelo público, tendo sempre em mente que essas comunidades possuem diversidades e especificidades tangíveis que devem ser respeitadas. Só assim a Arqueologia Pública e comunitária poderia atingir seus objetivos primordiais.

#### 4. Considerações finais

O estudo sobre Arqueologia Pública nos remete à importância da participação das comunidades como agentes ativos nas pesquisas arqueológicas em todas suas fases, desde o trabalho de campo ao laboratório. Eles mostram, ainda, que as discussões com as comunidades abrem o diálogo para o engajamento público nas diversas fases do projeto.

A permanência de atividades, tais como entrevistas periódicas, “*permitirão o entendimento dos sentimentos e interpretações das comunidades diante das pesquisas*” (FERREIRA, 2011, p.30) e, ainda, permitirão a compreensão de identidades culturais que estão relacionadas ao patrimônio cultural e ao

anseio de conservação desses ambientes e materiais. A arqueologia atuante em comunidades possibilita que estas se mostrem como pertencentes, sendo o patrimônio um depositário de representações que permitem articulações entre a cultura do passado com o presente.

Visto isso, estamos em fase de elaboração de um plano de trabalho integrando as comunidades que residem nos arredores do território do Sítio “Charqueada Santa Bárbara”, visando tanto à pesquisa etnográfica com todos os moradores do entorno do Sítio quanto ao trabalho com escolas circundantes. Pesquisas etnográficas realizadas até o momento com os moradores da casa possibilitam um primeiro conhecimento sobre essas comunidades, e também a compreensão de como estas se identificam com o espaço.

Deverão ser realizadas atividades com escolas que circundam o sítio, mediante atividades, em um primeiro momento, dentro da própria escola, visando à exposição dos trabalhos que serão realizados, bem como a um breve embasamento histórico do contexto regional e local das charqueadas. Dessa forma, concordamos com Mónica Montenegro, quando diz que:

“Consideramos relevante apresentar o olhar dos próprios atores sobre o patrimônio. Por isso, procuramos conhecer e analisar as práticas discursivas da comunidade educativa, para aproximar-nos a uma compreensão mais profunda das tradições locais. Desde o ponto de vista metodológico, focalizamos a investigação nas representações sociais das crianças sobre o patrimônio tentando detectar os mecanismos de construção” (MONTENEGRO, 2010, p. 112).

Na segunda parte, os estudantes serão levados até o sítio durante a realização dos trabalhos de campo, para participarem de oficinas de escavações arqueológicas e curadoria, a fim de que, assim, mostre-se a importância desses trabalhos a tais jovens.

Essas atividades não pretendem ser encerradas com o final desta primeira missão. Como o “*trabalho arqueológico implica responsabilidade social e engajamento político*” (FERREIRA, 2011, p. 31), pretendemos dar continuidade, interagindo com a comunidade até a conclusão dos trabalhos no Sítio “Charqueada Santa Bárbara”, estendendo o projeto Pampa Negro a todas as escolas e à comunidade local.

## Notas

1. A contextualização histórica desta seção foi realizada com base no texto de qualificação de Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural de Estefânia Jaékel da Rosa.
2. Tradução das autoras.

## Referências bibliográficas

ASSUMPCÃO, Jorge Euzébio. O negro nas charqueadas Pelotenses. In: TRIUMPHO, Vera. **Rio Grande do Sul: Aspectos da Negritude**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1991, pp. 117-127.

CARVALHO, Aline de Vieira; FUNARI, Pedro Paulo Abreu. Arqueologia e Patrimônio no século XXI: as perspectivas abertas pela Arqueologia Pública. In: Anais do III Encontro de História da Arte. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2007. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/chaa/eha/atas/2007/CARVALHO,%20A.V%20e%20FUNARI,%20P.P.A.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2011.

FERNANDES, Tatiana. **Vamos criar um sentimento?! Um olhar sobre a Arqueologia pública no Brasil**. São Paulo: USP, 2007. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, 2007

FERREIRA, Lúcio Menezes. Quieta non movere: Arqueologia comunitária e Patrimônio cultural. In: FUNARI, Pedro Paulo A; CARVALHO, Aline Vieira (Orgs.). **Patrimônio Cultural, Diversidade e Comunidades**. Campinas: Editora da Unicamp, 2011, pp. 15-36.

FERREIRA, Lúcio Menezes. Sob Fogo Cruzado: Arqueologia comunitária e Patrimônio Cultural. **Revista Arqueologia Pública**, São Paulo, nº 3, 2008, pp. 81-92.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; OLVEIRA, Nanci Vieira; TAMANINI, Elizabete. Arqueologia Pública no Brasil e as Novas Fronteiras. **Praxis Archaeologica**, (3): 131-138, 2008.

ICAHM. Carta Internacional para la Gestión del Patrimonio Arqueológico, 1990. Disponível em: <[http://www.international.icomos.org/charters/arch\\_sp.htm](http://www.international.icomos.org/charters/arch_sp.htm)>. Acesso em: 23 jul. 2011.

MAESTRI, Mário. **O Escravo Gaúcho: Resistência e Trabalho**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1993.

MAESTRI, Mário. **O negro e o gaúcho: Estâncias e fazendas no Rio Grande do Sul, Uruguai e Brasil**. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2008.

MONTENEGRO, Mónica Rudy. Semana Santa: representaciones de los niños de la Quebrada de Humahuaca, Jujuy (Argentina). Aproximaciones desde la escuela. In: ALONSO PONGA, José Luis (Coord.) **La Semana Santa: Antropología y Religión en Latinoamérica II**. Valladolid: Ayuntamiento de Valladolid, 2010. p. 109-116.

OLIVEIRA, Jorge Eremites de. Por Uma Arqueologia Socialmente Engajada: Arqueologia Pública, Universidade Pública e Cidadania. In: FUNARI, Pedro Paulo Abreu; ORSER JR, Charles; SCHIAVETTO, Solange N. de O. (Orgs.). **Identities, Discourse and Power: Estudos da Arqueologia Contemporânea**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2005. pp. 117-134.



RENFREW, Colin; BAHN, Paul. De Quién Es el Pasado? La Arqueología y el Público. In: RENFREW, Colin; BAHN, Paul. **Arqueología: Teorías, Métodos y Práctica**. Madrid: Ediciones Akal, 2007. pp. 487-508.

ROSA, Estefânia Jaekel. **Paisagem e Cultura Material: Arqueologia da Escravidão na Charqueada Santa Bárbara (Pelotas/RS)**. Pelotas: UFP-PEL, 2011. Qualificação de Mestrado, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2011.

WEIMER, Günter. **O trabalho escravo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1991.